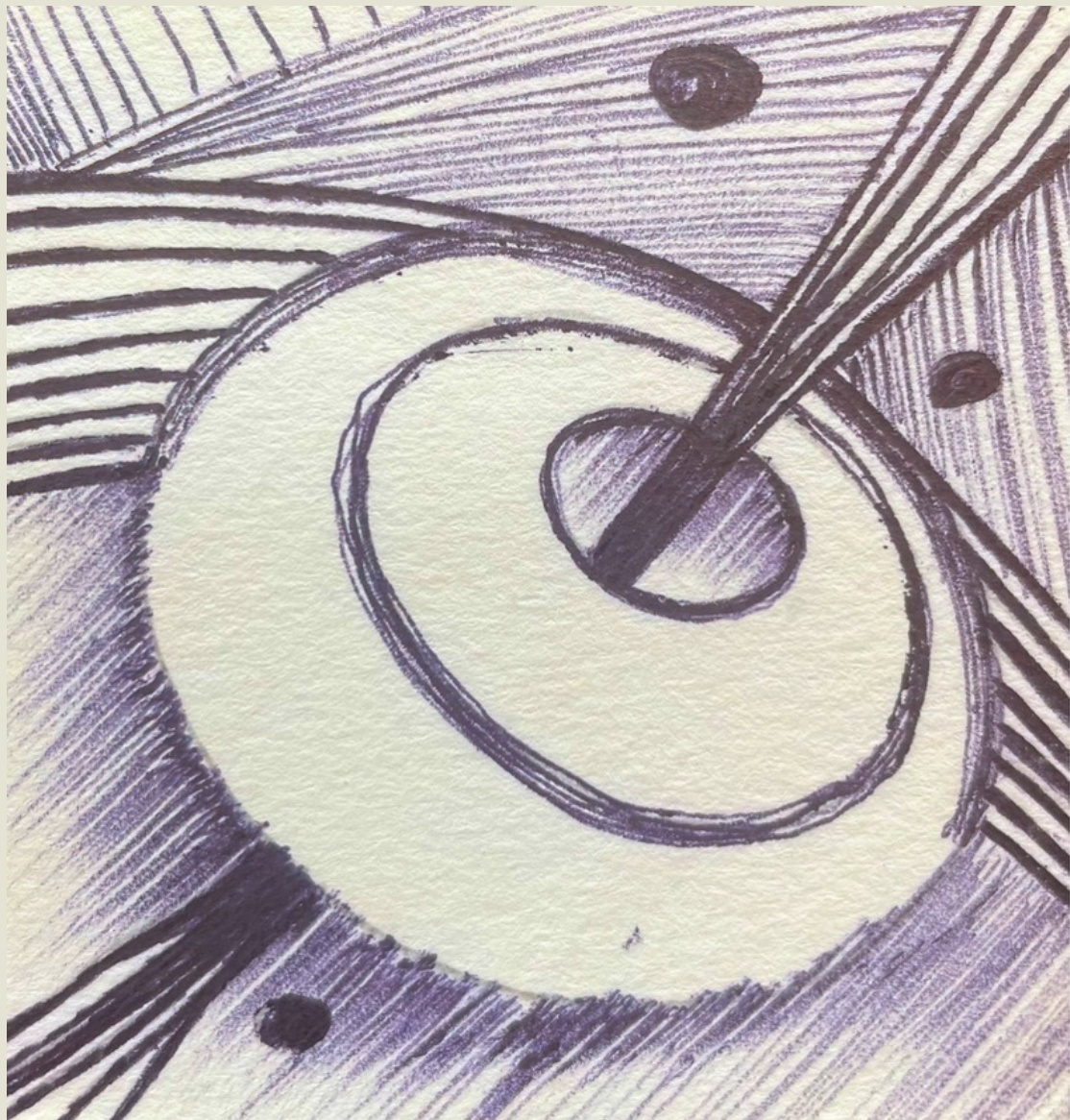


REVISTA FAEB

NÚMERO 2 / ANO 5 - MAIO/JUNHO DE 2023



**Políticas de Governo e
Políticas de Estado para
o Ensino das Artes**

REVISTA FAEB

ANO 5 - MAIO/JUNHO DE 2023

Publicação da Federação de Arte/Educadores do Brasil

Comissão Editorial

Juliano Casimiro de C. Sampaio

Sidiney Peterson F. de Lima

Rejane Reckziegel Ledur

Adriana dos Reis Martins

Nélia Lúcia Fonseca

Francione Oliveira Carvalho

Amanda Diniz Gonçalves

Projeto Editorial/ Revisão

Sidiney Peterson F. de Lima

Nélia Lúcia Fonseca

Amanda Diniz Gonçalves

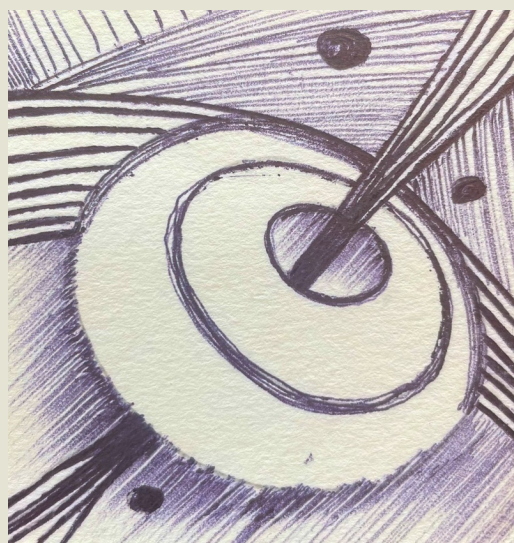


Imagem da capa:

Jeová Barros

Índice

Editorial por Nélia Lúcia Fonseca - 04

Imagem da capa - 07

O SNPG e suas implicações para o ensino das artes
por Vera Beatriz Siqueira e Paulo Merisio - 08

Quem em medo de política? por Fernando Catelan - 16

Ensaio Visual por Jeová Barros - 29

Entrevista: Políticas de Governo e Políticas de Estado para
o Ensino da Arte com Rafaella de Melo Cavalcante e Simara
Brasil Couto de Abrantes - 36

FAEB em Ação

DIÁLOGOS FAEB e RedCLEA por Francione O. Carvalho- 54

FAEB no 1º Congresso Internacional de Teatro do
Amazonas (CITA) por Juliano Casimiro de C. Sampaio - 61

Homenagem - Ana Del Tabor: memórias de vida e de luta
pelo direito de ensinar e aprender arte por Rosangela
Britto e Sancrhis Santos - 67

O que estou lendo por Eneila de Almeida Santos - 74

FAEB Informa - 77

Editorial


por Nélia Lúcia Fonseca



Nesta edição da Revista da FAEB, a palavra “política” está na ordem do dia. Sua origem etimológica advém da Grécia Antiga, derivada de politikós, que significa “relativo ao cidadão ou ao estado”.

Muitas pessoas dizem não gostar de política, mas nossa vida está permeada por ela: há política partidária, política de preços, política econômica, políticas educacionais, políticas públicas, políticas de governo e políticas de estado. Portanto, gostando ou não, é por meio dela que, principalmente, avançamos ou recuamos em benefícios/direitos para a classe trabalhadora, que é a maioria das pessoas que compõe e enriquece esse país gigante que é o Brasil.

Quando comparamos ações políticas de governos distintos, compreendemos bem como arte e cultura podem ser tratadas. Vejamos um exemplo: no governo Bolsonaro, o Ministério da Cultura foi extinto e em seu lugar criou-se uma Secretaria. Com o retorno do governo Lula, a cultura volta ao patamar de Ministério.




Nada mais justo, tendo em vista que o setor resistiu ao governo Bolsonaro em meio a uma pandemia de Covid19, sendo o primeiro a fechar as portas de teatros, cinemas, salas de concertos e o último a reabrir, além de ter sua classe exposta a ataques, ofensas e disseminação de fake news, principalmente em relação às leis de incentivo à cultura.

Outro ministério que foi muito visado e pouco considerado no governo passado foi o da Educação, tendo passado pela pasta nomes como Ricardo Vélez Rodríguez, Abraham Weintraub, Antonio Paulo Vogel (interino), Carlos Decotelli, que não chegou a ser empossado, e Milton Ribeiro, demonstrando, claramente, a falta de compromisso e despreparo do governo para com as questões educacionais do país.

Um fato interessante ainda no campo da Educação que mostra as diferenças políticas entre o governo passado e o atual é a grande mobilização nacional pela revogação do Novo Ensino Médio. E, como resultado, o governo Lula suspendeu sua implementação e está fazendo uma consulta pública com vistas a um novo Projeto de Lei para substituir a Lei nº 13.415/2017. Isso prova que a mobilização popular pode mudar os rumos políticos da educação, pelo menos num governo que respeita a democracia e a vontade da população.

Todos esses temas serão tratados neste número da revista, começando com Vera Beatriz Siqueira e Paulo Merisio, nos convidando a conhecer o Sistema Nacional de Pós-graduação - SNPG, e expondo um mapeamento dos cursos de Pós-graduação na área de Artes em todo o país; o quantitativo dos programas de mestrado e doutorado, bem como dos programas de mestrados profissionais em artes ou o já famoso PROF-ARTES, evidenciando como essas políticas educacionais podem impactar positivamente a formação e o desenvolvimento profissional dos professores de Arte da Educação Básica.



Temos o ótimo artigo de Fernando Catelan, que nos apresenta o conceito de políticas públicas, as diferenças entre políticas de estado e de governo, e um pouco da história das leis que implementaram o ensino da Arte ao longo do século XX. Fernando também provoca e nos convoca a tomarmos partido e lutarmos por nossas causas na implementação de políticas públicas educacionais para o ensino e aprendizagem da Arte na Educação Básica. É um sonho? Talvez, mas é um “Sonho Possível” como diz Catelan ao citar Paulo Freire!

Na seção **Ensaio Visual**, uma pequena mostra da coleção “Eu Indígena”, do artista visual paraense Jeová Barros, composta por cerca de cem imagens que nos trazem a percepção de formas, linhas e pontos do grafismo indígena (do passado e do presente). Inclusive, umas das imagens que compõe a capa da revista é dessa coleção!

Na seção **Entrevista**, as convidadas Rafaella de Melo Cavalcante, da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, e Simara Brasil Couto de Abrantes, da Secretaria de Educação do Estado do Amazonas falam sobre as políticas educacionais de seus respectivos estados.

Na seção **FAEB em Ação**, Francione nos convida a acompanhar o Diálogos da FAEB e RedCLEA, trazendo trechos das falas das professoras Lucia Gouvêa Pimentel, do Brasil, e Patrícia Raquimán Ortega, do Chile. Nesta mesma parte da revista, representando a FAEB, Juliano Cassimiro apresenta uma reflexão a partir da sua participação no 1º Congresso Internacional de Teatro do Amazonas (CITA). É a FAEB se fazendo presente em um congresso internacional!

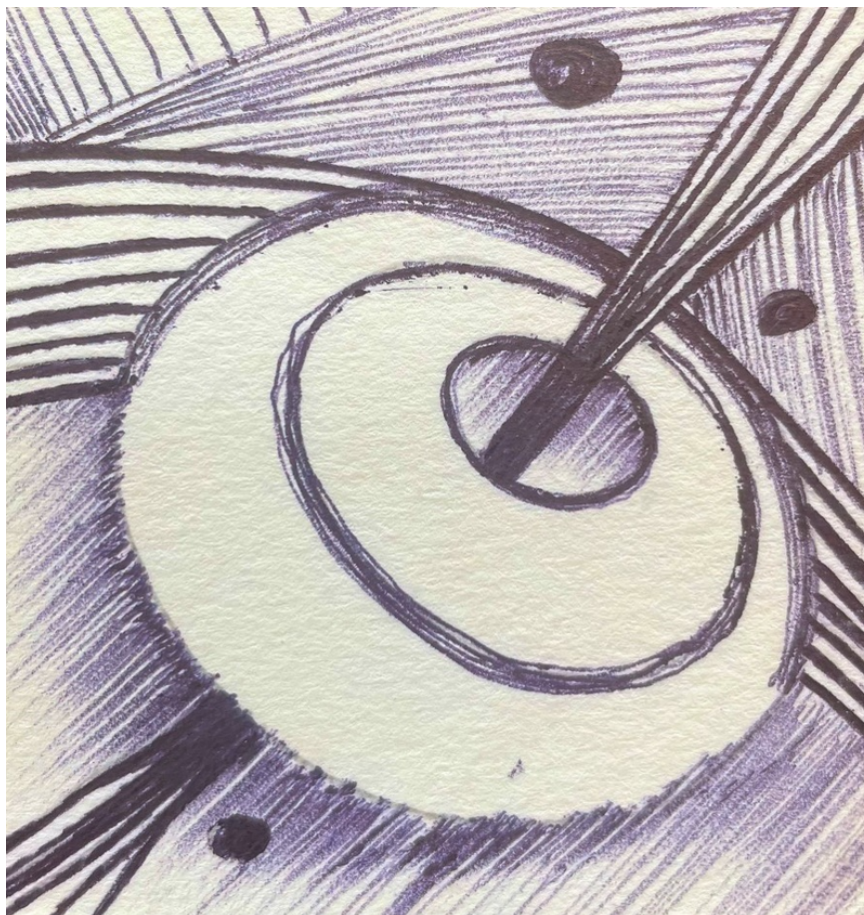
Na seção **O que estou lendo**, Eneila Almeida Santos nos convida a conhecer um livro editado pela Secretaria de Educação do Amazonas voltado para o 2º ano do Ensino Médio, nos deixando um gostinho de querer pegar nas mãos para folhear.

E, nesse bimestre, nossa homenagem vai para professora Ana Del Tabor Vasconcelos Magalhães, que, juntamente com as companheiras Sanchris Santos e Rosangela Britto, que nos contam essa história, não mediu esforços para manter a obrigatoriedade do Ensino da Arte na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96).

Para finalizar, temos os informes do XXXII CONFAEB. Não deixem de conferir e divulgar!

Boa leitura!

Imagem da capa



A imagem faz parte da coleção "Eu Indígena" criada pelo artista Jeová Barros de Belém-Pa, foi criada junto com as outras imagens da série, no período de 1990 se estendendo até 2000, totalizando nesse período cerca de 100 imagens da coleção, foi criada com caneta esferográfica preta sobre papel, formato da peça 7x7.

O SNPG e suas implicações para o ensino das artes

por Vera Beatriz Siqueira e Paulo Merisio



Historiadora da arte, professora e pesquisadora do Instituto de Artes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É autora de vários livros sobre arte brasileira, incluindo Arte no Brasil anos 20 a anos 40, Wanda Pimentel, Cálculo da Expressão: Goeldi, Segall, Iberê, Iberê Camargo, Burle Marx, Milton Dacosta, além de vários artigos em livros e revistas. Atuou como curadora de exposições na Fundação Iberê Camargo, Museu Lasar Segall, Museus Castro Maya e Paço Imperial, entre outros espaços culturais. Foi Coordenadora da área de Artes e membro do Conselho Técnico Científico do Ensino Superior (CTC-ES) junto à Capes/Ministério da Educação, entre 2018 e 2021. Atualmente coordena o Programa de Pós-graduação em História da Arte da Uerj.

O SNPG e suas implicações para o ensino das artes

por Vera Beatriz Siqueira e Paulo Merisio



Professor Titular do Departamento do Ensino do Teatro, do PPGAC e do PPGEAC - Unirio. Doutor em Artes Cênicas (Unirio, 2005), Bolsista PQ - CNPq e Cientista do Nosso Estado - FAPERJ. Coordenador da Área de Artes - Capes. Membro do Conselho de Administração do CBTIJ - ASSITEJ Brasil e da ITYARN Board. Conselheiro do Comitê Executivo da ASSITEJ Internacional. Diretor da Trupe de Truões (Uberlândia/MG).




O SNPG e suas implicações para o ensino das artes

por Vera Beatriz Siqueira e

O Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG) consolidou-se ao longo das últimas décadas ganhando visibilidade nacional e internacional. Atualmente o sistema conta com 4.953 programas de pós-graduação, nas diferentes áreas de conhecimento. O SNPG resulta de esforços conjugados de universidades, instituições e centros de pesquisa e seus respectivos Programas de Pós-Graduação, além de contar com apoio de agências como CNPq, Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) e CAPES, esta última sendo a grande financiadora e reguladora da pós-graduação brasileira.

No SNPG, a avaliação de programas de pós-graduação pela Capes cumpre papel central. Pode-se mesmo atribuir ao processo de avaliação o fato de o Brasil ter conseguido, em prazo relativamente curto, construir um sistema de pós-graduação de abrangência e qualidade, qualificando o país no mapa da ciência internacional. Apesar das flutuações em investimentos, causadas pelas mudanças de governo, foi possível sustentar o crescimento do Sistema e sua qualificação.

No que diz respeito à área de Artes, percebemos como o seu crescimento atende antes às demandas dos seus programas do que às pressões externas. De 1974, quando houve o reconhecimento pela Capes do primeiro mestrado em Artes, até hoje, nota-se não apenas a ampliação em número de cursos como também a sua expansão geográfica e o processo de especialização da área, com a proposição e criação de mestrados e doutorados que contemplam novas linguagens e epistemologias.




No quadriênio 2017-2020, a área continuou a crescer. Nesse período, após a análise de mérito das 24 (vinte e quatro) propostas de cursos novos, apresentadas em 2017 e 2018, sendo 4 (quatro) de Mestrados Profissionais e 20 de Programas Acadêmicos, a área passou a contar com 68 (sessenta e oito) PPGs, sendo 59 (cinquenta e nove) Programas Acadêmicos (25 em nível de Mestrado e 34 com cursos de Mestrado e Doutorado) e 9 (nove) Mestrados Profissionais. Em 2019, foram apresentadas 9 (nove) propostas de cursos novos, sendo 5 (cinco) Acadêmicos e 4 (quatro) Profissionais.

Entre as propostas aprovadas, 3 (três) foram de criação de nível de doutorado a partir de mestrados com nota 4, e 2 (duas) de criação de mestrados profissionais. A área de Artes passa, então a contar com 70 (setenta) programas de pós-graduação.

Mas ainda que se possa identificar um crescimento expressivo do número de programas e cursos de pós-graduação, da alta complexidade e da diversidade do SNPG, torna-se urgente a tarefa de encontrar soluções para as assimetrias regionais e intrarregionais. Na área de Artes, a distribuição geográfica mostra que precisamos de maior representação especialmente nas regiões Norte e Centro-Oeste, mas também necessitamos alcançar uma maior capilaridade nos estados e regiões que já possuem cursos. Essa expansão seria estratégica, pois aportaria a formação pós-graduada para locais ainda não assistidos que, frequentemente, são os que possuem maior demanda nesse sentido.

Esse panorama da área revela que, do jeito como vem sendo praticada, a avaliação de programas começa a sufocar a demanda interna, notadamente em duas direções:




a) Na avaliação de entrada (APCN) faz exigências padronizadas para todas as instituições e programas, sem levar em conta o contexto histórico, geográfico e institucional e sem permitir modelos mais flexíveis de cursos que atendam aos problemas locais e regionais;

b) Na avaliação de permanência, o uso de um modelo único de ficha de avaliação, mesmo com todos os avanços notáveis da ficha adotada no último quadriênio, assim como a escala de notas baseada em parâmetros fixos para todas as áreas, não permite compreender a especificidade da área de Artes no quadro do SNPG, em especial, a sua contribuição potencial em termos de impacto social, cultural, científico e ambiental.

Diante desse cenário, para que a área de Artes sustente e qualifique seu crescimento no SNPG, é preciso ampliar a participação dos programas de pós-graduação junto à sua Coordenação na Capes, buscando discutir, antes de tudo, quais as habilidades e competências que desejamos que nossos mestres e doutores desenvolvam para que possam vir a atuar profissionalmente e como cada uma/um das/os docentes orientadoras/es podem contribuir nesse sentido.

Conhecer as competências e habilidades adquiridas durante o processo de formação permitirá avaliar a real transformação pela qual passou a/o ingressante da pós-graduação até sua titulação.


A partir desse debate, a área de Artes deve produzir um retrato claro de sua diversidade interna. Pode haver programas mais dedicados à pesquisa científica, enquanto outros voltam-se para processos educacionais. Alguns podem ser mais afeitos à pesquisa básica e outros dedicados à pesquisa aplicada. Certos programas podem se notabilizar pela internacionalização, ao passo que outros podem se voltar para a atuação local ou regional.



Os programas pertencem a instituições de ensino variadas, com histórico diverso, desde as mais consolidadas, com ampla grade de cursos de graduação e pós, às menores ou mais jovens. Podem estar em regiões com muitas universidades e programas ou atuar de forma mais isolada. Entre esses programas não há diferença de nível e, sim, diversidade nos padrões de ensino e pesquisa e nos contextos institucionais, que precisa ser respeitada e estimulada.


Essa diversidade pode acontecer internamente, entre as subáreas de Artes, o que também deve ser objeto de reflexão. Falando especificamente da subárea de interesse para esta revista, Ensino de Artes é uma especialidade que aparece representada de diferentes modos: pode constituir ou participar de linha de pesquisa dentro de programas maiores, pode ser uma área de concentração ou mesmo fundamentar programas.

A área de Artes tem incentivado os programas e valorizado as linhas de pesquisa que contribuem para o desenvolvimento da Educação Básica. Até 2012, a inserção/incidência da área de Artes/Música no ensino fundamental e médio ainda era bastante tímida e tinha lugar na forma de cooperação entre os Programas e as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação. Nos Programas acadêmicos *stricto sensu* o eixo de tal cooperação centrava-se nas Linhas de Pesquisa em Arte/Educação, através de projetos e ações extensionistas que implicavam e promoviam a participação dos professores da rede de ensino básico em atividades dos programas de Música, de Artes Visuais e de Artes da Cena. Em todos esses Programas, a preocupação consistia em proporcionar o desenvolvimento de atividades interdisciplinares como parte da formação inicial e continuada de profissionais da Educação Básica, com atenção especial aos professores da rede pública, através do Programa Institu



-cional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID e Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR. No final de 2012, a coordenação de área de Artes coordenou a elaboração de uma Proposta de um Programa em Rede Nacional de Mestrado Profissional em Artes (PROF-ARTES), que foi implementado em 2014. Além do PROF-ARTES, na área de Artes, no Brasil, atualmente, existem aprovados três Programas de Mestrado Profissional, voltados para o ensino das artes: Universidade Federal da Bahia, em Música; na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, em Ensino do Teatro e Ensino das Práticas Musicais. Além desses, há ainda os Programas de Mestrado Profissional em Artes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE e em Dança da Universidade Federal da Bahia - UFBA, voltados para artistas e docentes da área de Artes. Há, ainda, nos PPGs das diferentes subáreas de Artes Linhas de Pesquisa dedicadas ao Ensino as Artes.

A análise dos dados de egressos dos programas de Artes entre 2013 e 2019 revela que a grande maioria acaba atuando no setor da Educação, o que nos leva a pensar que a área de Ensino de Artes tem especial relevância. Na Relação Anual de Informações Sociais 2019, no que tange à atividade econômica de atuação, a maioria dos egressos de programas de Artes encontrados dedica-se à área da educação (57,16%). Quando se levanta o tipo de ocupação dos egressos, o índice de profissionais do ensino alcança 64,72%. O que mostra como os PPG da área possuem forte impacto educacional, tanto no ensino superior, quanto na educação básica.



O autoconhecimento da área é essencial para que possa ser sustentada uma expansão qualificada, determinando objetivos estratégicos, diretrizes e estratégias para a formação pós-graduada em Artes e, mais especificamente, para cada uma de suas subáreas ou linguagens.

Quem tem medo de Política?

por Fernando Catelan



Professor de Arte na Educação de Jovens e Adultos (EJA) da rede municipal de ensino em São Bernardo do Campo (SP). Atual presidente da Organização Paulista de Arte Educação (OPAE) - Gestão 2022 e 2023. Doutorando e Mestre em Artes (2018) pelo Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/SP). Licenciado em Artes Cênicas (2006) e Bacharel em Direção Teatral (2007) pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP/MG) e Graduado em Pedagogia (2019) pela Universidade Metodista de São Paulo(UMESP/SP).<http://lattes.cnpq.br/719250746127656>




Quem tem medo de Política?

por Fernando Catelan

Política. Palavra tão importante e ao mesmo tempo tão mal compreendida. A Política é central à vida em comunidade. No momento em que a outra pessoa se manifesta, já estamos fazendo política. Os corpos, as vozes, as palavras, as ações, as criações, os gestos consistem em manifestações que dizem respeito a quem se é e ao que se pensa. Nosso viver em sociedade já revela que estamos sendo seres políticos porque ao nos relacionar com os outros dizemos algo a alguém sobre o nosso posicionamento no mundo. Portanto, por mais que se tente negar a política, ela está presente em nossas relações. Apenas uma pessoa isolada pode tentar não ser política, mas a forma como ela escolher lidar com sua vida e se relacionar com a natureza à sua volta também diz de suas escolhas que, por sua vez, são o reflexo de quem se é do que se pensa.


Na arte, a política se apresenta em estado de tensão. Augusto Boal, em seu primeiro livro sobre o Teatro do Oprimido, afirma que “todo teatro é necessariamente político, porque políticas são todas as atividades do homem, e o teatro é uma delas” (2013, p. 13). Seria possível substituir a palavra teatro por arte que a afirmação de Boal continuaria a mesma. Porém, algo que nos faz concordar com Boal logo de imediato poderá ser posto em dúvida num segundo momento. Isso porque ao afirmar que é um artista político e fazer arte política muitos questionarão se essas manifestações se mostram de fato arte ou se se trata de “propaganda” política. Como se a arte declaradamente política estivesse maculando a pureza e grandiosidade da arte e assim se tornasse algo menor, algo não digno de se considerar arte.



É aceito de modo amplo que toda arte seja política por se tratar de uma manifestação. Porém, dizer explicitamente que a arte é política causa certo incômodo. E o desconforto da arte em relação à política também aparece em alguns momentos em relação à educação, pelos mesmos motivos de julgar o ensino das artes como algo menor, cuja função é única e exclusivamente pedagógica, como se a arte fosse sequestrada quando é utilizada para ensinar algo a alguém. Percebam que ensinar algo pela arte é visto como o problema e, portanto, a “arte política” incorre no mesmo delito.

Certa vez, ainda quando cursava licenciatura em Artes Cênicas na universidade, um amigo e eu nos matriculamos numa disciplina do bacharelado. O comentário inicial do professor na primeira aula consistiu em questionar o que nós fazíamos ali, porque aquela disciplina, segundo ele nos disse, se voltava a artistas e nós, por sermos do curso de licenciatura, não éramos artistas, e sim reprodutores de arte, uma vez que eles do bacharelado criavam e nós, da licenciatura, apenas reproduzíamos em aula as criações deles. O constrangimento imenso e minha educação me impediu de responder na hora, mas de modo irônico pensei o que gostaria de ter falado a ele: ora, então o senhor é igual a nós, reprodutor, porque está aqui na condição de professor ensinando arte.

Onde será que a política e a educação se encontram para serem vistas como algo menor que a arte? Muito provavelmente na característica política inerente à arte e à educação. Paulo Freire, patrono da educação brasileira, é muito criticado, exatamente por evidenciar o caráter político da educação: “A educação não vira política por causa da decisão deste ou daquele educador. Ela é política” (2015, p. 108). Então, de onde vem o medo da política? Por que para alguns a arte é tão grandiosa que associá-la explicitamente à política e à educação se torna algo pejorativo?




Será ainda que ainda prevalece uma visão romântica do que vem a ser arte como algo sublime, elevado e por isso não deve tratar de assuntos da vida cotidiana?

Logo em seguida, após afirmar que todo teatro é necessariamente político, Boal alerta: “Os que pretendem separar o teatro da política pretendem conduzir-nos ao erro - e essa é uma atitude política” (2013, p. 13). Igualmente, Freire afirma que “É impossível, na verdade, a neutralidade da educação” (2015, p. 108). Sendo assim, negar a política é uma posição política que em muitos casos objetiva manter as coisas como estão e assim tomar partido na manutenção do *status quo*.

É a ação política crítica e criadora que pode promover transformações que venham a acrescentar nossas contribuições ao mundo. Ao nascermos, as relações e as coisas eram de um modo, portanto ao ser inserido nesse mundo, viver é uma escolha em conservar o mundo como recebemos ou agir para mudar o que achamos estar errado e assim melhorá-lo para as novas gerações que receberão um mundo diferente. E igualmente caberá aos da nova geração a decisão de aperfeiçoar o mundo, ou não fazer nada, ou piorá-lo.

No campo do ensino das artes muito se avançou nas últimas décadas do século XX devido a pessoas que entenderam que podiam melhorar a forma como as artes eram tratadas em espaços escolares. Na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 (Lei n.º 4.024/61), o ensino de arte estaria vinculado à abordagem realizada pelos diversos componentes curriculares e não existiam necessariamente aulas de arte. Já em 1971, durante a ditadura militar, na LDB (Lei n.º 5.692/71) o ensino de arte se tornou obrigatório por meio da disciplina de “Educação artística”, mas apenas como atividade. Nos anos 1980, com a reabertura democrática, tivemos uma grande mobilização que resultou na LDBEN de 1996 (Lei n.º 9.394/96) que inseriu




a obrigatoriedade do ensino do componente curricular “Arte” em toda a educação básica, portanto, a arte não mais seria tratada como atividade.

Porém, nas primeiras décadas do século XXI houve estagnação e alguns retrocessos. Embates nos levaram a agir em defesa das artes na Educação Básica. Logo nos textos preliminares na primeira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2015) a proposta consistia em rebaixar o ensino de Arte como uma “subárea” do componente Linguagens. Após muita mobilização, Arte permaneceu como um Componente Curricular, ainda que ficando debaixo do guarda-chuva da área de conhecimento Linguagens, e não como área de conhecimento própria conforme pretendíamos que a BNCC estabelecesse.

Logo após o golpe parlamentar de 2016, a medida provisória (MP n.º 746/2016) retirou o ensino de Arte do Ensino Médio, e mais uma vez houve mobilização e conseguimos que o ensino do Componente Curricular Arte não fosse retirado por definitivo do Ensino Médio. Porém, na alteração do texto aprovado (Lei n.º 13.415/2017), que impede a exclusão de Arte do Ensino Médio, ainda constava a redação que abre a possibilidade de não obrigatoriedade neste nível da Educação Básica.


Incertezas que nos levam permanentemente a lidar com avanços, retrocessos e estagnações acontecem pela ausência de Políticas Públicas voltadas ao ensino das artes tanto dentro como fora de espaços formais de educação. Uma Política Pública é uma ação derivada de programa de governo (municipal, estadual, federal) que se torna uma Política de Governo, mas que se vier a ser consolidada, independentemente do mandato de um governo, pode se tornar uma Política de Estado, que permanece independente da vontade dos políticos eleitos que estão provisoriamente à frente do governo.



Política Pública é um programa elaborado para atender uma demanda da sociedade ou do governo. Na metade do século XX, a pesquisa sobre Políticas Públicas se tornou uma área de conhecimento que analisa as políticas e ações de governo e colabora com estudos para a formulação, implementação e avaliação de Políticas Públicas pelos governos. Para que seja considerada uma Política Pública, são necessários os seguintes elementos: formulação, a partir de tomadas de decisões que planejarão agenda, recursos, estrutura, metas e objetivos; implementação, quando as ações planejadas são realizadas; avaliação, processo permanente que observa os indicadores definidos na formulação e verifica como está o processo de implementação da Política Pública, o que possibilita verificar se há necessidade de mudanças e aperfeiçoamento das ações.

As Políticas de Governo são Políticas Públicas criadas de acordo com os interesses de um grupo político que está no poder e definidas pelo que o governo escolhe fazer e não fazer. Quando uma Política Pública é estruturada por uma demanda da sociedade, conta com grande apoio social e se mantém independentemente da troca de governo, pode ser considerada Política de Estado.


Um exemplo de Política Pública que se tornou Política de Estado é o programa “Bolsa Família”, uma Política de Governo estruturada e implementada no primeiro mandato do Presidente Lula, que unificou programas anteriores do Governo FHC: Bolsa Escola; Bolsa Alimentação; Auxílio Gás, e permaneceu nos Governos Dilma e Temer, no governo posterior mudou de nome para “auxílio Brasil”, numa tentativa de desestruturá-lo, porém permaneceu como uma Política de Estado, e no terceiro mandato do Presidente Lula o programa voltou a se chamar “Bolsa Família”. A permanência da Política Pública acontece exatamente por não se constituir apenas em iniciativa de um governo, mas por ser importante à sociedade e, por isso, assumir caráter de Política de Estado.



Para entender em que lugar se encontra o ensino das artes no Brasil no sentido de ações políticas realizadas pelo poder público, é importante observar as diferenças e as relações entre: Política Pública, Política de Governo, Política de Estado. As Políticas de Governo e as Políticas de Estado são igualmente Políticas Públicas, o que vai definir sua classificação ao longo do tempo é o apoio, os recursos destinados e a continuidade, independentemente do período de um mandato. A partir dessa breve explicação precisamos nos questionar: Existem Políticas de Estado para o ensino das artes? Houve Políticas de Governo para o ensino das artes? Quais foram e quais são as Políticas Públicas para o ensino das artes no Brasil?

O fato de que existam leis, decretos, portarias, normativas, diretrizes e documentos orientadores não garante as Políticas Públicas, pois se não houver iniciativa para segui-las podem nunca ser implementadas ou, caso executadas, há a incerteza pela falta de planejamento prévio ou avaliação permanente e assim poderão ser realizadas de acordo com o entendimento de cada parte implicada.


Quais seriam as intencionalidades políticas nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional do governo parlamentarista do Presidente João Goulart, de 1961, que não estabelece a obrigatoriedade do ensino das artes? Quais as motivações por trás das Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus do governo militar do ditador Emílio Garrastazu Médici ao estabelecer o ensino das artes na disciplina “educação artística” como atividade? E quais as intenções das diversas mudanças na redação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional do governo presidencialista do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que define o ensino das artes como um componente curricular obrigatório nominado “Arte”?



Por meio de um recorte apenas nas leis de Diretrizes e Bases da Educação, que não são Políticas Públicas, será que as estamos considerando como iniciativas como Políticas de Governo ou Políticas de Estado? Como definiríamos as inúmeras alterações no parágrafo 2º do Art. 26 da atual LDBEM de 1996 (alterado em 2010, 2016 e 2017) e igualmente no parágrafo 6º, inserido em 2008 e alterado em 2016?

Qual a Política Pública formulada, implementada e que está sendo avaliada para garantir que o parágrafo 2º do Art. 26 da LDBEM (Lei n.º 9.394/1996), obrigando que o ensino de Arte esteja presente em toda a Educação Básica? Como se deu a formulação, o sistema de implementação e avaliação dos PCN's de arte 1997 (1ª a 4ª séries) e de 1998 (5ª a 8ª séries)? E como foi formulada, implementada e está sendo avaliado o cumprimento da Lei 13.278/2016, que alterou o parágrafo 6º do Art. 26 da LDBEM (Lei n.º 9.394/1996), que definia o prazo de cinco anos, a contar da data de publicação, em 3 de maio de 2016 no Diário Oficial da União, para a implementação nos sistemas de ensino e adequada formação e obrigatoriedade de ensino de artes visuais, dança, música e teatro no componente curricular Arte?

Para a Base Nacional Comum Curricular (2017 - Educação Infantil e Ensino Fundamental; 2018 - Ensino Médio), que insere o componente curricular Arte dentro da Área de Linguagens, existe um cronograma de implementação e previsão de reavaliação. No entanto, o documento se caracteriza como uma Política Pública do Governo Temer? Ele está sendo visto como uma Política de Governo ou Política de Estado? Há apoio social e recursos para que permaneça? A reforma do Novo Ensino Médio (imposta pela Medida Provisória n.º 746, de 2016, e depois aprovada pela Lei n.º 13.415, de 2017), que desobriga o ensino do componente curricular Arte em todos os níveis da educação básica pode ser vista como uma Política de Governo do Temer ou Política de Estado?




São muitas perguntas e o fato delas existirem com a possibilidade de diferentes respostas é que nos ajuda a entender que não há e nunca houve Políticas Públicas em favor do ensino das artes. E pior, que nunca nem chegou a existir uma Política de Governo muito menos Política de Estado. Isso se deve a que? Talvez por causa de nossa inconfessável aversão à política e pela velada desconfiança da arte na educação. Ou pode significar que o envolvimento em ações políticas no campo da educação maculará nossa arte?

Fazendo um paralelo com uma área que também consta na Educação Básica e é importante para a vida, destacamos o discurso de posse da Ministra dos Esportes, Ana Moser, vinculando a atividade física à formação humana, e não aos esportes de rendimento:

[...] assumo a missão para fazer essa revolução. Inverter a lógica que sempre colocou como prioridade o esporte de rendimento. O topo da pirâmide de uma estrutura que deveria ser garantidora na prática do direito de todos ao esporte que está previsto na Constituição (Ministra Ana Moser, discurso de posse, 2023).[i]

Igualmente na Constituição de 1988, inciso V do art. 208, a criação artística está garantida a todos e todas como um direito a arte e como um dever do Estado na educação. Atualmente, no Governo Lula, houve o retorno do Ministério da Cultura. Porém, quais serão as Políticas Públicas para ampliar e garantir o ensino das artes em todo o território brasileiro? Há o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e o Programa de Residência Pedagógica, programas que não foram criados com o foco no ensino das artes, pois existem de modo amplo a todas as áreas de conhecimento, e que atende, em parte, nossos interesses em garantir o ensino das artes nas escolas. Devemos nos mobilizar para cobrar Políticas Públicas para o ensino das artes no Ministério da Educação ou no Ministério da Cultura?

[i] Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/esporte/noticias_esporte/c-meta-de-revolucao-no-direito-ao-esporte-para-todos-ana-moser-assume-o-ministerio-do-esporte/discurso_posse_ana_moser.docx>. Acesso em: 4 maio 2023.




Talvez pela ausência de Políticas Públicas voltadas ao ensino das artes o campo de conhecimento da Educação Física, acaba, em certas iniciativas, por atuar na nossa área de conhecimento. A Ministra Ana Moser entende muito bem isso, pois em sua experiência à frente do Instituto Mpumalanga ofereciam e eram contratados pelas cidades para “fazer a Educação Física e a Educação Artística da rede municipal. O impacto do esporte e da arte juntos é total. É o impacto de espectro total na formação das crianças e jovens” (Ministra Ana Moser, discurso de posse, 2003).[i]

Espaços vazios podem ser ocupados. E quais os espaços vazios deixados pela arte-educação? Por exemplo: como vimos, temos garantido por leis e documentos normativos que haja formação específica para o ensino de Artes Visuais, Dança, Música e Teatro na Educação Básica. Como está sendo implementado? Será que cada sistema de ensino entende de uma forma e cumpre a determinação como melhor lhe convém? O MEC cumpre a lei e apenas permite a abertura de cursos que têm aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais, como os Cursos de Música (CNE/CES, 2004a), Dança (CNE/CES, 2004b), Teatro (CNE/CES, 2004c) e Artes Visuais (CNE/CES, 2009)? Ou o MEC ainda permite abertura de cursos de licenciatura polivalentes em Artes, como no tempo da Ditadura Militar, por meio das Resoluções CFE-nº 23/1973 e a Indicação CFE-nº 36/1973, que estruturaram o curso de Educação Artística?

Se considerarmos o ensino das artes importante e relevante à formação humana, a exemplo do que diz a Ministra Ana Moser sobre a atividade física, o que estamos fazendo? Continuar nossos trabalhos dentro dos espaços escolares (Educação Básica e Superior) já é uma

[i] Idem.



ação política importantíssima de resistência política. Mas os espaços de luta são vários e não podemos ter medo de mostrar ações políticas junto a governos municipais, estaduais e federal. Precisamos agir. E a hora é agora. Amanhã pode ser tarde. E se tivéssemos uma Secretaria Nacional do ensino de artes dentro do Ministério da Cultura para que atuasse transversalmente junto ao Ministério da Educação e fosse responsável por promover Políticas Públicas para nossa área? Lanço aqui a ideia que, talvez, se transforme naquele Sonho Possível que nos ensinou Paulo Freire e que inspirou o poeta:

*O sonho é estratégico:
um ato político necessário.
uma forma de estar sendo,
que homens e mulheres têm.
A luta de classes é um motor da história.
O sonho também.
(Thiago de Mello)*

Referências

BOAL, Augusto. Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas. São Paulo: Cosac Naify, 2013.


BRASIL. Lei no 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Presidência da República, 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm>.

Acesso em: 2 maio 2023.

BRASIL. Lei no 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1971. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm>.

Acesso em: 2 maio 2023.



BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>.

Acesso em: 2 maio 2023.

BRASIL; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. 1ª versão da BNCC. Brasília: Ministério da Educação, 2015. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/BNCC-APRESENTACAO.pdf>>. Acesso em: 2 maio 2023.

BRASIL. Medida Provisória no 746, de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e a Lei no 11.494 de 20 de junho 2007. Brasília: Presidência da República, 2016. Disponível em:


<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm#art1>. Acesso em: 2 maio 2023.

BRASIL; FUNDAMENTAL. Secretaria de Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais (1ª a 4ª séries): Arte. Brasília: MEC; SEF, 1997.

BRASIL; FUNDAMENTAL, Secretaria de Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais (5ª a 8ª séries): Arte. book. Brasília: MEC; SEF, 1998.

CNE/CES. Resolução CNE/CES no 1, de 16 janeiro de 2009. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Artes Visuais e dá outras providências, publicado no Diário Oficial da União em 19 de janeiro de 2009, Seção 1, p. 33. Brasília: Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, 2009. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2009/rces001_09.pdf>. Acesso em: 4 maio 2023.



CNE/CES. Resolução CNE/CES no 2, de 8 de março de 2004. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Música e dá outras providências. Brasília: Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, 2004 a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES02-04.pdf>>. Acesso em: 4 maio 2023.

CNE/CES. Resolução CNE/CES no 3, de 8 de março de 2004. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Dança e dá outras providências. Brasília: Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, 2004 b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces05_04.pdf>. Acesso em: 4 maio 2023.

CNE/CES. Resolução CNE/CES no 4, de 8 de março de 2004. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Teatro e dá outras providências. Brasília: Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, 2004 c. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES04-04.pdf>>. Acesso em: 4 maio 2023.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

Ensaio Visual

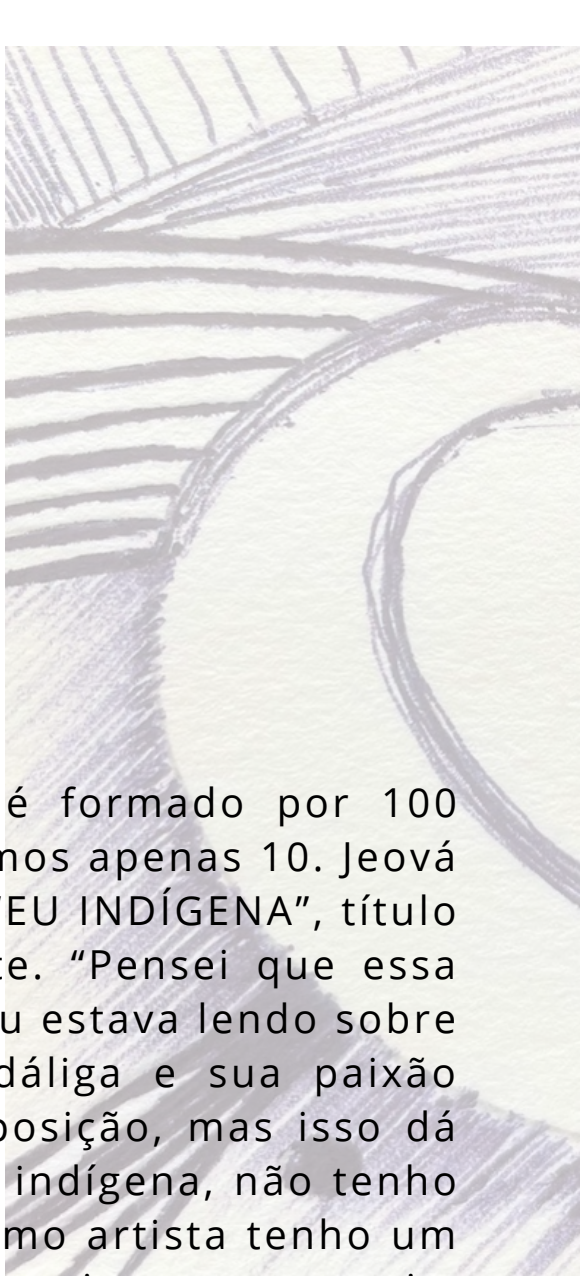
por Jeová Barros



Licenciado em Educação Artística com habilitação em Desenho, é Arquiteto e Urbanista, tem pós-graduação em Artes Visuais e mestrado em Arquitetura e Urbanismo com extensão em Arquitetura Sacra. Foi professor de Arte (ensino médio) no colégio Santa Catarina de Sena Belém/Pa, Colégio Objetivo e na Faculdade de Artes Visuais do Instituto de Ciências da Arte -UFPA, ministrando as disciplinas de Estética e História da Arte, Arte Brasileira e Arte Aplicada à Educação.

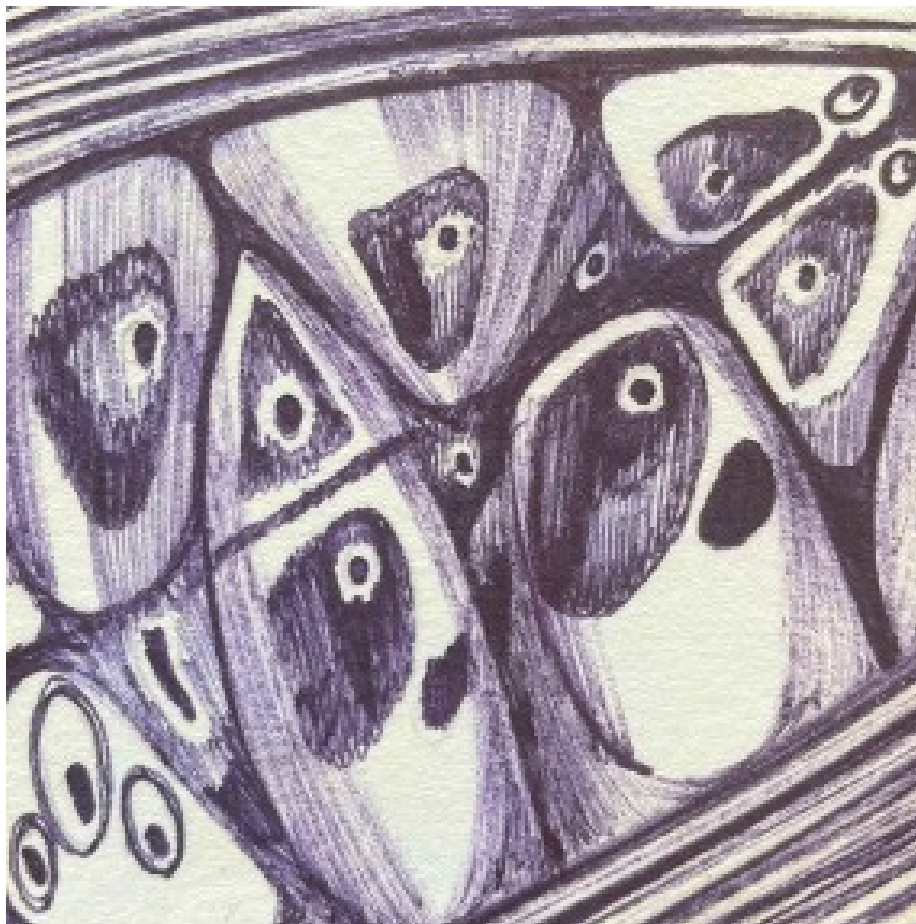
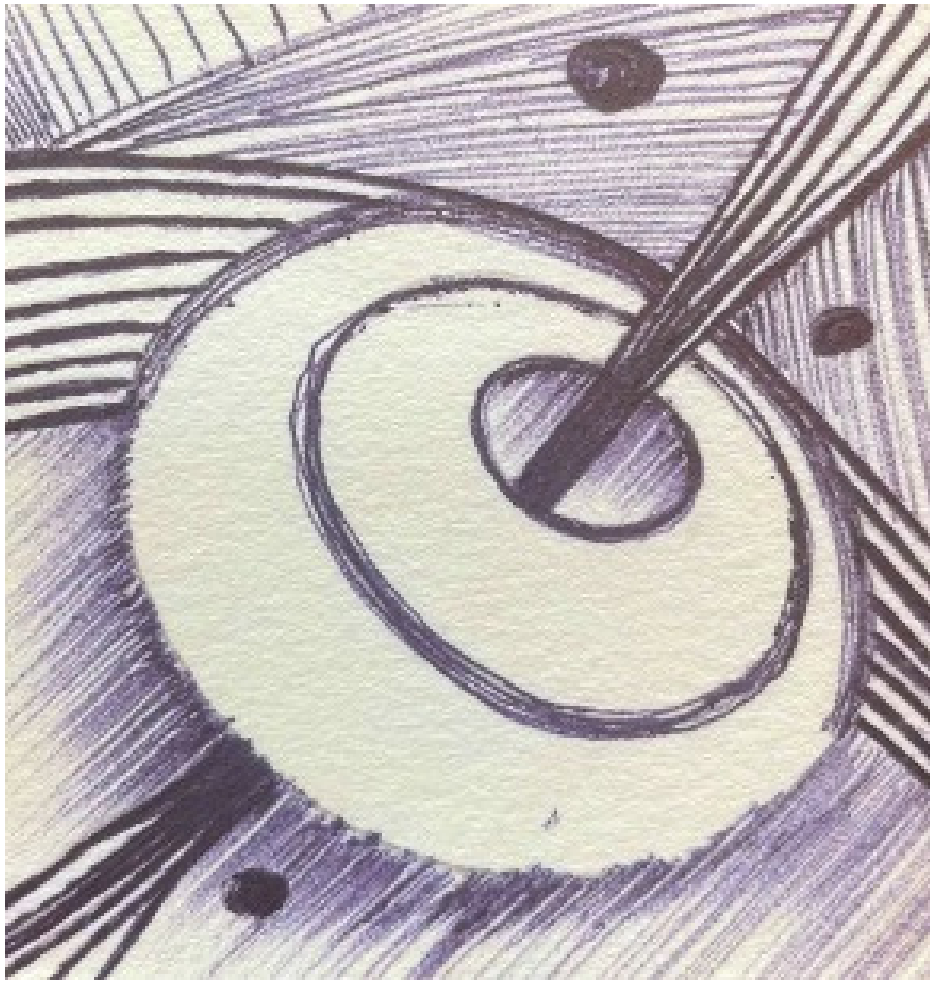


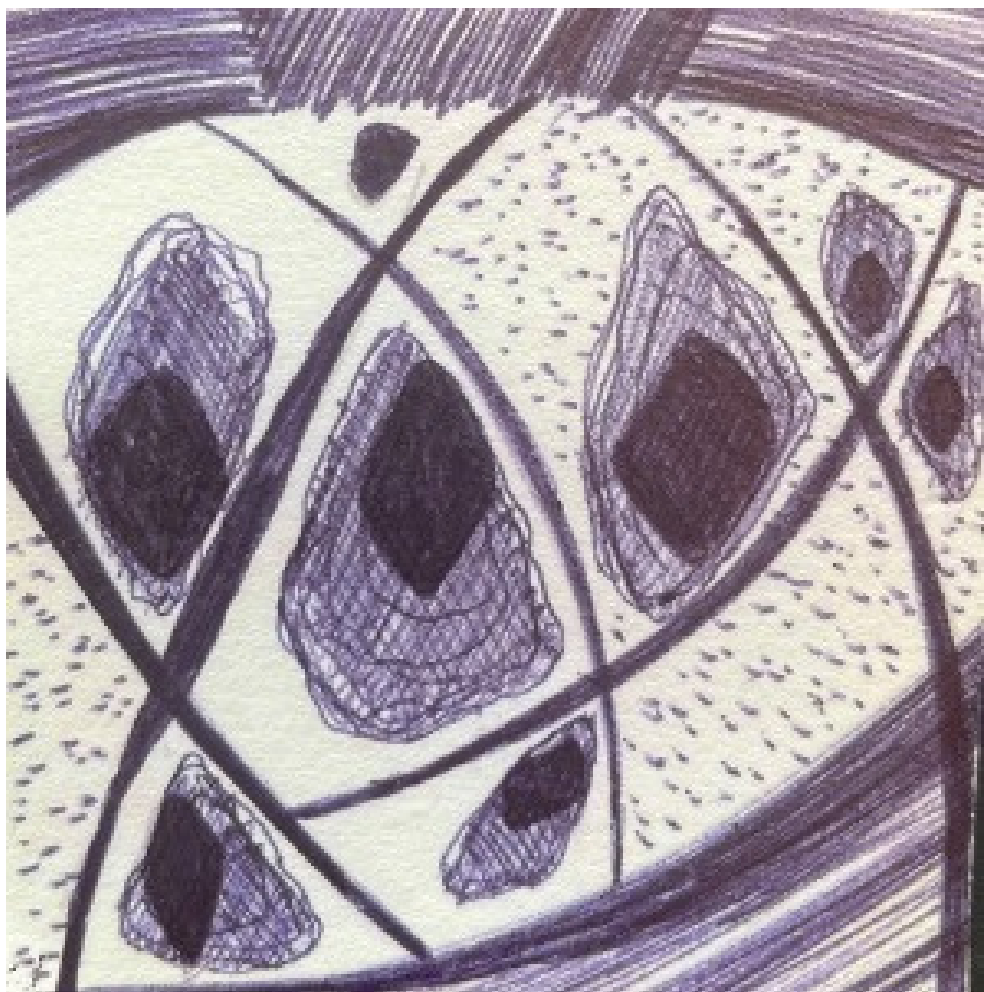
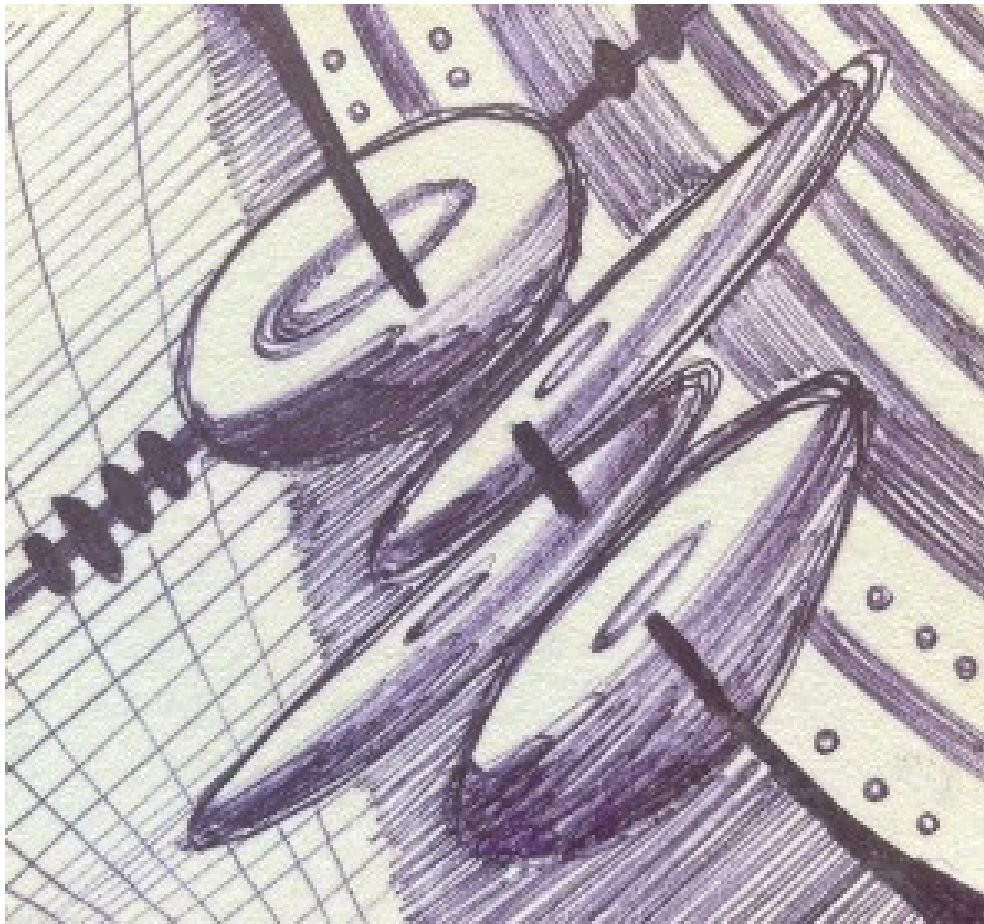
Ensaio Visual por Jeová Barros



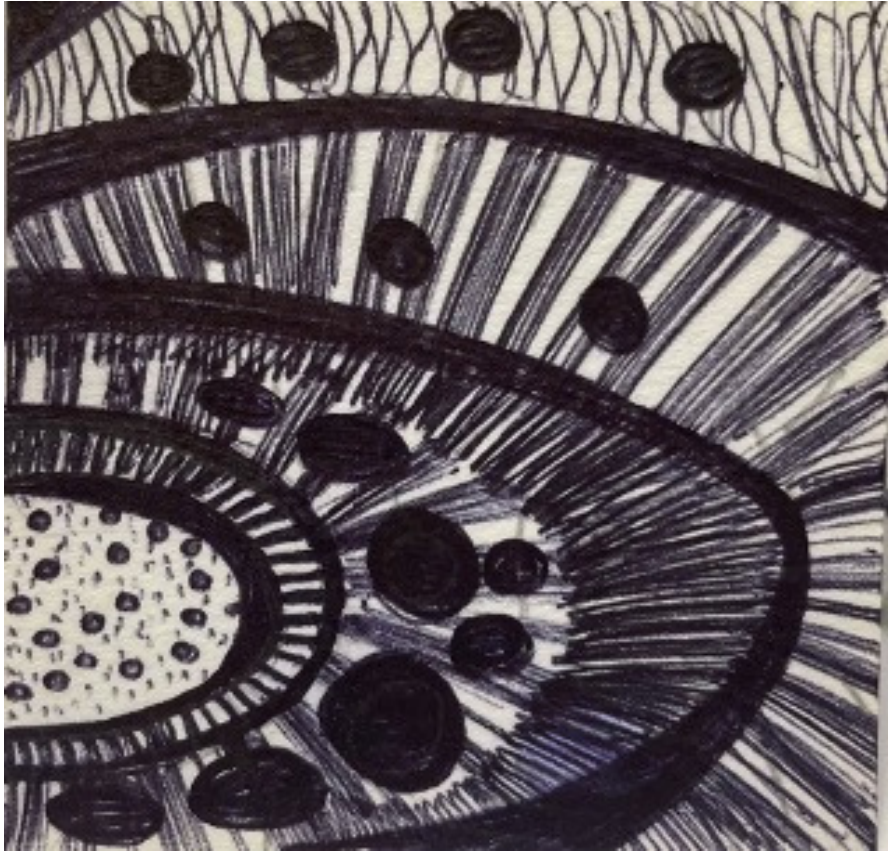
A coleção deste ensaio visual é formado por 100 imagens no total, aqui apresentaremos apenas 10. Jeová diz que sempre batiza as séries e o “EU INDÍGENA”, título dado a essa série, não foi diferente. “Pensei que essa série não fosse ter fim, e na época eu estava lendo sobre a trajetória do Bispo Pedro Casaldáliga e sua paixão pelos indígenas, não pensei em exposição, mas isso dá um caldo. Como não tenho fenótipo indígena, não tenho lugar de fala como indígena, mas como artista tenho um UNIVERSO DE FALA pra expressar em riscos o que vejo, sinto e registro das causas dos donos da terra”

Jeová incorpora em suas imagens um ritmo geométrico pulsante tão comum nos traçados indígenas de diferentes povos originários do Brasil, ora lembra fruto, ora lembra folha, sementes, galhos, peixes, onças, células e o que mais a percepção nos leve a imaginar...













Entrevista

Políticas de Governo e Políticas de Estado para o Ensino da Arte

Por Rafaella de Melo Cavalcante




Licenciada em Artes Cênicas pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE e Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru - FAFICA. Pós-graduada em Arteterapia em Linguagens Corporais pelo Centro Universitário da Vitória de Santo Antão (UNIVISA). Formação em Constelação Sistêmica Familiar pelo Constelar: Instituto de Práticas Sistêmicas do Brasil. É Arte/Educadora, Arte terapeuta, Educadora Sistêmica e Consteladora Familiar. Atualmente trabalha como Técnica/formadora de Arte na Gerência de Políticas Educacionais dos Anos Finais do Ensino Fundamental - GEPAF da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco - SEE-PE atuando na formação continuada de professores de Arte da rede estadual e do Projeto de Educação Integrada que atende alguns municípios no Estado de Pernambuco. Atua também na saúde mental como oficina de Teatro no Hospital Dia do Espaço Rizoma Caps Casa Forte. Foi redatora no programa PRO BNCC participando da elaboração do Currículo Pernambuco do Ensino Fundamental e leitora crítica do Currículo Pernambuco da Educação de Jovens, Adultos e Idosos do componente curricular Arte.

Políticas de Governo e Políticas de Estado para o Ensino da Arte

Por Simara Brasil Couto de Abrantes




Doutoranda em Ciências da Educação e Mestre em Ciências da Educação pela Universidad Autónoma de Asunción - UAA/Paraguay, Especialista em Gestão Escolar pela Universidade do Estado do Amazonas e Metodologia do Ensino da Educação Básica, pela Universidade Federal do Amazonas, Graduada em Educação Artística pela Universidade Federal do Amazonas, Pedagogia pela Unicesumar, do Paraná. Como professora atuou na educação básica e superior em diversas instituições de ensino da rede pública e privada. Docente da Secretaria de Estado de Educação e Desporto - SEDUC /AM, desempenha o papel de técnica pedagógica na Coordenação de Educação Física e Arte da Gerência de Ensino Regular no Departamento de Políticas e Programas Educacionais. Integra o Comitê Científico junto à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas no Programa Ciência na Escola, é Coordenadora Institucional da Seduc do mesmo programa.



Considerando a problemática desse número da Revista FAEB, convidamos Simara Brasil Couto de Abrantes e Rafaella de Mélo Cavalcante, as duas desenvolvem seus trabalhos nas Secretarias de Educação de seus respectivos estados, ou seja, Simara no Amazonas e Rafaella em Pernambuco.

Para darmos início a nossa entrevista, coloco aqui algumas experiências vividas no Estado do Pará no que se refere ao desenvolvimento de políticas educacionais para escolas públicas, pois a algum tempo atrás, as Secretarias de Cultura em conjunto com a de Estado de Educação ofereciam projetos educativos que articulavam a mediação arte/público nos espaços escolares. Dentre as ações havia o “museu vai à escola e a escola vai ao museu”, os “concertos didáticos”, este inclusive levava tanto os grupos musicais até a escola, quanto os alunos até o teatro/salas de concerto. Segundo informações em grupo de professores de Arte, este último projeto ainda se mantém se houver um agendamento.

As ações supracitadas faziam parte de uma política de governo, ou seja, promovidas pelos governos gestores, seja a nível federal, estadual e/ou municipal. No entanto, observa-se que há uma descontinuidade dessas ações após mudanças de gestões, o que nos leva a concluir que não existe uma política de estado dando continuidade e condições para manter e permitir o acesso à arte/cultura aos alunos(as) de baixa renda que moram e estudam nas periferias das cidades, nesse sentido, dificulta o trabalho docente dos professores de Arte que queiram promover aulas-visitas às exposições e/ou a teatros e cinemas, que muitas vezes contam com recursos próprios para realizar tais atividades extraclasse.




Esses problemas de descontinuidade de políticas educacionais também ocorrem a nível federal, como por exemplo, nas universidades públicas federais, uma vez que para os estudantes de baixa renda dos cursos de licenciatura na área de Artes que moram no interior do estado para se manter, precisam de bolsa-moradia, que o restaurante universitário funcione, ou seja, de uma política pública que possa mantê-los estudando. Tais políticas educacionais, mesmo que se transformem em lei, para serem políticas de estado e não apenas de governo, se faz necessário que a gestão eleita cumpra a lei, os projetos e programas instituídos.

Dito isso, seguem algumas questões para responderem de acordo com o seu contexto educacional e profissional nos propiciando a conhecer um pouco sobre a realidade de políticas educacionais de cada estado (Amazonas e Pernambuco).


Revista Faeb- Há quanto tempo você trabalha na Secretaria de Educação no setor de Arte e como são estabelecidas as dinâmicas organizacionais desse setor?

Simara Abrantes: Sou professora na rede pública de ensino desde 1989, na Sede da Secretaria desde 2008 e como uma das técnicas responsável pelo componente curricular Arte desde 2015, quando ocorreram os primeiros movimentos acerca da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O componente Arte está inserido na Coordenação de Educação Física e Arte, ligado à Gerência de Ensino Regular no Departamento de Políticas e Programas Educacionais (DEPPE) sob a responsabilidade da Secretaria Adjunta Pedagógica (SEAP). Cabe a este setor o desenho e execução de políticas públicas, orientadas pelo Ministério da Educação e em atendimento às demandas apontadas pela escola.



Rafaella Cavalcante: Trabalho na Secretaria de Educação e Esportes do Estado de Pernambuco-SEE/PE na Gerência de Políticas Educacionais dos Anos Finais do Ensino Fundamental-GEPAF há seis anos. Nesse setor eu componho uma equipe de Arte formada por quatro professores formadores. Essa equipe é responsável pela formação continuada dos(as) professores(as) que ministram o componente curricular Arte e também dos(as) técnicos(as) educacionais das dezesseis Gerências Regionais de Educação responsáveis pelo acompanhamento direto dos professores do componente Arte nas escolas. Trabalhamos de forma intergerencial, atendendo tanto os(as) professores(as) que ensinam nos anos finais do ensino fundamental como os que ensinam no Ensino Médio e na modalidade de Educação de Jovens, Adultos e Idosos. A formação continuada de professores(as) e dos(as) técnicos(as) educacionais em ARTE na rede é vivenciada a partir da análise do Currículo Pernambuco e de documentos que apresentem criticamente as relações entre as diversas concepções de Arte e de ensino da Arte. Os momentos formativos são vivenciados através da estesia e fruição estética a partir de visitas às exposições dos acervos de instituições museais e de artistas docentes do Estado de Pernambuco e/ou da Região Nordeste, aprofundando as especificidades dos códigos das diversas linguagens artísticas em mesas de debate e momentos de planejamento.


Revista Faeb: Em seu estado existem políticas educacionais para o ensino-aprendizagem de Arte, tanto no âmbito de políticas de estado quanto de governo? Você pode citar exemplos?



Simara Abrantes: As políticas são voltadas para as etapas de ensino da educação básica, respeitando as especificidades das modalidades ofertadas, Educação de Jovens e Adultos e o Atendimento Especializado. Essas políticas são orientadas pelo Ministério da Educação e adequadas à realidade local, de modo que atendem a todos os componentes. Porém, percebe-se uma acuidade no componente em 2019, quando a Secretaria reorganizou o Departamento de Políticas e Programas Educacionais (DEPPE), unindo a Arte à Coordenação de Educação Física, passando a se chamar Coordenação de Educação Física e Arte (CEFA).

A partir desse momento, foi desenhado um programa para atender as demandas do componente, construído após a escuta das escolas, trata do Programa de Apoio ao Ensino da Arte nas Escolas da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino (ProENARTE). O programa é um conjunto sistemático e planejado de ações e projetos que define os mecanismos de apoio e atenção às escolas estaduais no interesse da execução de uma política pública educacional dirigida ao ensino da Arte, sua elaboração foi apoiada nas diretrizes e planos nacionais de educação e Base Nacional Comum Curricular.


A atuação do ProENARTE compreende desde as proposituras da ampliação do quadro de professores qualificados em Arte em uma das habilitações: Artes Visuais, Dança, Música e Teatro, a necessidades de formação continuada em serviço e em nível de *stricto sensu* e *lato sensu*, compra de material para atender as diversas linguagens artísticas e elaboração de material de apoio, como proposta curricular, cadernos pedagógicos e outros.




Rafaella Cavalcante: No âmbito das políticas educacionais para o ensino-aprendizagem de Arte no Estado de Pernambuco, através da Secretaria de Educação, foi garantido formalmente, no seu currículo de Arte, a inserção dos quatro grandes campos distintos de conhecimento da Arte: Artes Visuais, Dança, Música e Teatro. O currículo oficial das escolas da Rede Pública Estadual de Pernambuco foi elaborado a partir das orientações nos documentos: Lei nº 9.394/96 e de suas alterações, Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, Parâmetros Curriculares Nacionais, Parâmetros Curriculares para a Educação Básica do Estado de Pernambuco e Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

Cumprindo a legislação vigente, quanto ao ensino de Arte nas escolas, a SEE/PE vem desenvolvendo diversas ações nas escolas como:

- o incentivo a criação de Bandas e Fanfarras nas escolas da rede pública estadual, inclusive sendo realizada, desde o ano de 2009, a “Copa Pernambucana de Bandas e Fanfarras”;
- através das escolas participantes do Programa Ensino Médio Inovador (dentro do Campo de Integração Curricular), desenvolve atividades que visam a produção e fruição das artes, incluindo a área de música, a exemplo das escolas Escritor José de Alencar, Seráfico Ricardo, Cônego Fernando Passos, EREM Ginásio Pernambucano, EREM Oliveira Lima, EREM Maria Rita da Silva Lessa;
- o estímulo à produção de material didático pedagógico nos diferentes componentes curriculares, a exemplo do Concurso Professor Autor, e disponibiliza em seu portal eletrônico;

- 
- em 2016, a SE criou o Programa Ganhe o Mundo Musical, através do qual estudantes com faixa etária entre 15 e 17, selecionados nos instrumentos/habilidades Violão, Trompa de Harmonia, Flauta Transversa, Contrabaixo Acústico, Trompete e Canto, foram enviados para o Canadá visando contribuir para o aperfeiçoamento das habilidades e expansão dos conhecimentos musicais. Além da música, os estudantes também tiveram aulas regulares na modalidade High School como acontece no Programa Ganhe Mundo Tradicional, aperfeiçoando também o idioma;
 - na Educação Profissional o Estado tem duas escolas voltada para a formação em arte: ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE CRIATIVIDADE MUSICAL ofertando o curso de técnico em instrumento musical e a ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR ALFREDO FREYRE ofertando os cursos de: Técnico em Artes Visuais e Técnico em Teatro;
 - além das escolas da Educação Profissional o estado oferta o ensino de música no Conservatório Pernambucano de Música. A escola oferta os cursos de Iniciação Musical, Preparatório, Cursos Livres, Educação Inclusiva e Cursos Técnicos, como Instrumento Musical, Canto, Regência, Composição e Arranjo.


Além dessas ações, a SEE também realiza, por meio da sua política de formação continuada, as formações continuadas de professores(as) e técnicos(as) educacionais das 16 Gerências Regionais de Educação de Arte, abrangendo as diversas linguagens artísticas (Artes Visuais, Teatro, Música e Dança).



Além de momentos de socialização de relatos de experiências, visitações a exposições, apreciações a espetáculos (por meio de parcerias com instituições culturais no estado de Pernambuco) e reflexões teóricas acerca de pedagogias e metodologias do ensino de arte. A Secretaria de Educação e Esportes, por meio da Gerência de Políticas Educacionais dos Anos Finais do Ensino Fundamental - GEPAF, vem desenvolvendo a formação continuada para os professores do componente curricular de Arte, e a partir de 2016 promoveu a Formação Continuada Específica para Professores e Técnicos de Arte, realizando os cursos: de técnicas de regência para repertório coral, em parceria com a Escola Técnica Estadual de Criatividade Musical; o Projeto Arte na Escola, em parceria com a Universidade Estadual de Pernambuco- Campus Nazaré da Mata e Instituto Arte na Escola; Pedagogias do Teatro, em parceria com o Teatro Arraial, Teatro Santa Isabel e Universidade Federal de Pernambuco-UFPE; e as oficinas de Dança Educação, em parceria com a Universidade Rural de Pernambuco - UFRPE. A partir do ano de 2018, a Secretaria de Educação, vem realizando o SEMINÁRIO DE AÇÕES PEDAGÓGICAS EM ARTE com o objetivo de socializar os processos e construções em sala de aula.


Revista Faeb- Há uma preocupação dos governos por meio da Secretaria de Educação em implementar políticas educacionais para a área de Artes?

Simara Abrantes: Nos últimos cinco anos, percebeu-se mais aproximações das parceiras Semed, Universidade Estadual do Amazonas - UEA, Universidade Federal do Amazonas - UFAM e outras IES. Também, esse movimento ocorre com a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, nesse entendimento temos servidores da CEFA representando a Secretaria de Educação junto aos Conselhos de Arte e Cultura do Estado.




A Seduc, UEA e Semed vêm consolidando parcerias por meio de projetos e ações realizadas ao longo do ano, como o “A Arte de Quem Faz! A Arte de Quem Ensina”, Ações de apoio em prêmios nacionais por meio do Polo Arte na Escola, bem como disponibilização de conteúdo digital para os professores, incentivo à produção científica, formação de plateia com o projeto “Escolas e Cias”, ainda em fase de experimentação, mas com grande e efetiva aceitação pelos estudantes, implementação do projeto musical “No banheiro da Música”. Há apoio e manutenção de 175 bandas e fanfarras e formação continuada em exercício para professores por outros setores da Seduc, respectivamente: Departamento de Gestão Escolar (DEGESC) e Centro de Ensino Padre Anchieta (CEPAN).

Rafaella Cavalcante: Antes de começar a trabalhar na GEPAF havia uma equipe de professores formadores que desenvolveu uma política de formação continuada de Arte tomando como referência o entendimento de Arte como conhecimento construído ao longo da existência humana e que se mantém como necessidade fundamental para o desenvolvimento integral da pessoa. E ao longo dos anos foi consolidado um trabalho reconhecido e valorizado, principalmente, pela gestão das políticas educacionais dos anos finais do ensino fundamental como também pelos professores da rede dos diversos níveis de escolaridade e modalidade de ensino. Neste trabalho acreditamos no papel da escola no processo de democratização dos saberes estéticos e artísticos é o de tornar acessível o campo da Arte.



Na gerência em que trabalho, hoje conseguimos compor uma equipe de Arte. No nosso trabalho construímos um projeto de política de formação em Arte que abrange todas as linguagens artísticas. Enquanto equipe trabalhamos na perspectiva de que na educação escolar, enquanto componente curricular, a Arte, compõe-se, de quatro grandes campos distintos de conhecimento: Artes Visuais, Dança, Música e Teatro. Cada um deles tem suas especificidades, exigindo profissionais com formação específica. No entanto, nossa equipe não tem profissionais das áreas de Música e Dança, este último por não haver profissionais formados nessa licenciatura na rede até o último concurso realizado. Essa realidade se estende à sala de aula na rede estadual. O ensino-aprendizagem de Arte, respeitando as especificidades de cada linguagem, ainda figura no campo do sonho e do ideal até mesmo no nosso núcleo de trabalho.


Na sala de aula é um problema muito recorrente na rede a presença de professores de outras áreas do conhecimento e componentes curriculares ministrando aulas de Arte. E esse se configura, no momento, o maior desafio da política educacional tanto de estado como de governo. Porque, apesar de termos os documentos norteadores, como o Currículo Pernambuco, elaborados de acordo com as leis que garantem o ensino-aprendizagem de arte em sua abordagem mais contemporânea; e termos consolidado uma política de formação continuada de professores(as) de Arte na rede; existe uma concepção equivocada sobre o ensino-aprendizagem em Arte. É algo cultural. Se entende que qualquer professor(a) pode ministrar Arte, e se convencionou a utilizar o componente para complementar a carga horária dos(as) professores(as) da escola. Em algumas realidades temos até sete professores(as) em uma escola com aulas de Arte atribuídas ao seu horário e nenhum deles tem a habilitação em alguma das linguagens artísticas.



Essa realidade precisa ser enfrentada de forma ampla e responsável pelo Governo e pela Secretaria de Educação de Esportes de Pernambuco. É um trabalho constante e de formiguinha, precisamos conscientizar o(a) gestor(a) da escola quanto a importância do(a) professor(a) habilitado(a) em Arte na escola. Penso que seria importante oportunizar uma formação até mesmo para os(as) gestores(as) públicos para construirmos uma concepção de ensino de Arte como área do conhecimento científico e humano, que possui história e repertório próprios. A Arte é uma forma de conhecimento distinta dos outros saberes, portanto, possui conteúdos, objetivos, processos, produtos, métodos, formas de comunicação que são próprias da sua epistemologia. E ao compreender os significados atribuídos ao ensino de Arte, o governo, a secretaria de educação e a escola, poderá ver a importância da Arte na construção do conhecimento e no desenvolvimento integral dos(as) estudantes.

Revista Faeb- Como é possível criar políticas públicas educacionais que viabilizem condições de infraestrutura que atenda especificamente o acesso à cultura e às artes de modo geral, tanto no que diz respeito ao fazer artístico/ ler/contextualizar as manifestações artísticas?

Simara Abrantes: Penso que para criar políticas públicas educacionais voltadas para Arte, é necessário considerar aspectos como a promoção do engajamento dos estudantes de modo a adequar as atividades atendendo às necessidades escolares e interesses das juventudes e sua diversidade sociocultural, com respeito ao seu ritmo e forma de aprendizagem.




Ao valorizar a Arte nos espaços escolares são acionados diversos benefícios aos discentes, capaz de ensiná-los a lidar com os sentimentos, elevar a autoestima, permitir o desenvolvimento cognitivo, crítico, social e ético, além de impulsionar a criatividade, melhora a compreensão nas vivências e experiências incluindo-o nos grupos sociais.

Assim, ao considerar o estudante como um ser integral e em constante mudanças, como previsto no artigo 205 da Constituição Federal quando visa o pleno desenvolvimento da pessoa, dentre outros aspectos, faz-se necessário a garantia desses e outros direitos, além de compromissos firmados entre cidades, estados e países que colocam a cultura como ponto central para o desenvolvimento de políticas.

Rafaella Cavalcante: O primeiro passo é a construção de uma concepção de ensino de Arte como área do conhecimento científico e humano. Assim poderemos entender que o papel da escola no processo de democratização dos saberes estéticos e artísticos é o de tornar acessível o campo da Arte. Aproximar as crianças, os jovens e os adultos da Arte, é essencial para o desenvolvimento do pensamento criador. Além de proporcionar a autonomia do sujeito nas reflexões sobre o mundo no qual está inserido.

Na interação com as manifestações artísticas, o olhar do/a estudante deve ser participativo, estabelecendo significados na experiência a ser vivenciada. Assim, é necessário estimular um contínuo exercício de diálogos entre vivências, experiências estéticas e manifestações artísticas por meio de processos que impulsionam o pensar, o sentir, o expressar e o construir.




A metodologia de ensino e aprendizagem em Arte a ser desenvolvida, deve incluir a ida a espetáculos, exposições, concertos, apresentação de processos artísticos, feiras e manifestações de tradições, visitação ao patrimônio cultural local etc., bem como a presença, na escola, de artistas dos diversos campos da Arte. Algumas características da Arte são experienciadas, fundamentalmente, na relação direta e presencial.

Ainda percebo no cotidiano escolar uma certa dificuldade de acesso às produções artísticas, mas é fundamental o contato direto com a produção que esteja ao alcance dos(as) professores(as), da escola e dos(as) estudantes, pois a percepção sensorial da criança, do jovem e do adulto é modificada de acordo com o ambiente vivenciado e conhecido.


Aqui em Pernambuco vimos buscando parcerias entre instituições diversas, como a Secretaria de Cultura, instituições museais municipais e estaduais, artistas locais, pontos de cultura, projetos culturais e instituições de ensino superior; além de possibilitar o acesso às inúmeras possibilidades de criação e fruição artísticas frente às tecnologias disponíveis no mundo contemporâneo, como, por exemplo, as experiências de manifestações artísticas virtuais tão comuns durante a pandemia e que se consolidaram na atualidade (exposições e museus virtuais, videoarte e etc).

O ensino de Arte, na educação básica, fundamentalmente, está comprometido com o desenvolvimento integral e cultural dos educandos. O universo do Teatro, como um dos campos da Arte, traz a possibilidade de nos fazer refletir sobre as nossas subjetividades, sobre a vida e o lugar em que vivemos.



Os princípios e fundamentos da arte da Dança podem ser trabalhados em sala de aula, tomando-se como base a diversidade das danças cênicas e populares (frevo, maracatu, caboclinho, cavalo marinho), entre outras manifestações locais, regionais, nacionais ou internacionais, bem como o balé, a dança moderna e a dança contemporânea, incentivando à criação da própria arte de movimento do estudante. O campo da Música possui como matéria-prima o som e baseia-se numa abordagem sociocultural da educação musical que revela a importância de considerar as músicas das diferentes culturas, inclusive da escola e de seu entorno, promovendo a ampliação da experiência e discurso musicais aos educandos. O campo das Artes Visuais temáticas como as linhas, as formas, a composição, a cor, a luz e sombra, o volume, a perspectiva, as texturas, as diversas imagens veiculadas nas diferentes mídias, os movimentos artísticos, as correntes estéticas, bem como histórias e obras de artistas, as manifestações populares, as culturas de tradição, as histórias de vida são possibilidades a serem (re)construídas, (re)criadas, (re)inventadas no espaço escolar e na comunidade escolar.

A educação escolar pode contribuir para a formação estética dos estudantes, ensinando a interpretar criticamente os significados da Arte, a sua própria vida e ao seu tempo. Para o desenvolvimento das competências e habilidades específicas do componente Arte vemos como seria necessário espaço e materiais específicos para o ensino-aprendizagem em Arte, como salas de dança e teatro, atelier, materiais artísticos, instrumentos musicais etc. Algumas escolas a partir do trabalho e planejamento do(a) professor(a) construíram essa realidade, mas ainda não é uma realidade na maioria das escolas da educação básica do nosso estado.



Uma experiência muito boa que gerou e gera transformações nessa realidade é a parceria com o Departamento de Arte e de Música da UFPE, para a realização do estágio curricular obrigatório das licenciaturas dos campos da arte (Música, Dança, Teatro e Artes Visuais). A partir do momento que a escola se transforma em campo de estágio e passa a receber os(as) estudantes dos cursos; tanto a gestão escolar, quanto a equipe docente e os discentes podem conhecer e vivenciar uma experiência mesmo que pontual de um ensino-aprendizagem em Arte fundamentada.

Sob o ponto de vista educacional, os desafios do ensino de Arte no contexto escolar ainda são muitos, e se configura urgente olhar para esses desafios se sonhamos e queremos construir uma escola de excelência, e uma formação integral para os nossos estudantes.



FAEB em Ação

DIÁLOGOS FAEB e RedCLEA

Por Francione Oliveira Carvalho



Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora - MG - Brasil. Pós-Doutorado no departamento de História da Universidade de São Paulo. Diretor de Relações Internacionais da FAEB (Gestão 2022-2023).


DIÁLOGOS FAEB e RedCLEA

Por Francione Oliveira Carvalho



No dia 05 de maio de 2023, a Diretoria de Relações Internacionais da Gestão FAEB/2022-2023 promoveu o evento on-line “Diálogos FAEB”. A primeira edição, ocorrida em fevereiro, foi construída em parceria com a InSEA/América Latina a partir da Conselheira Regional Lucia Maria Salgado dos Santos Lombardi. Já para a segunda edição, os “Diálogos FAEB” teve a participação da RedCLEA- Consejo Latinoamericano de Educación por el Arte, a partir da Dra. Patricia Raquimán Ortega, tesoureira da CLEA, e da Dra. Dra. Lucia Gouvêa Pimentel, Vice-Diretora do CLEA e – Associada histórica da FAEB. O evento teve a mediação de Sidiney Peterson Ferreira de Lima, Vice-Diretor da FAEB (2022/2023).

O Conselho Latino-Americano de Educação pela Arte foi criado em 1984, durante o 25º Congresso Mundial InSEA, realizado no Rio de Janeiro, Brasil, por convocação do presidente Brian Allison e da conselheira para o Brasil, Ana Mae Barbosa.



O Conselho foi formado por dois representantes de cada país latino-americano, presentes ao Congresso e pelos dois conselheiros latino-americanos do InSEA World Council. Os primeiros anos de funcionamento do Conselho foram prolíficos em atividades, reuniões e encontros. Entre as atividades de destaque, foi realizado um projeto de pesquisa para a UNESCO sobre Educação Artística nos países do Cone Sul, do qual participaram Argentina, Chile, Peru e Uruguai.

Para saber mais sobre a RedCLEA, acesse a página oficial da instituição: <https://redclea.org/>

Os “Diálogos FAEB” visam aproximar a FAEB e as/os arte-educadoras/es do Brasil das discussões relacionadas a arte-educacional internacional. Identificando similaridades, diferenças e a possibilidade de fortalecer vínculos entre profissionais de diferentes contextos e experiências.

Abaixo algumas falas que marcaram a segunda edição do evento, que está disponível no Canal do Youtube da FAEB.




Dra. Lucia Gouvêa Pimentel

**(Universidade Federal de Minas Gerais - Associada FAEB
Vice-Diretora do CLEA -
Consejo Latinoamericano de
Educación por el Arte)**

“Os últimos seis anos no Brasil foram muito difíceis. Tivemos o aumento dos Sistemas de Ensino, que são conglomerados que ganharam força dentro do governo. É difícil a gente se desvencilhar disso de uma maneira mais rápida. Até por que isso já vem sendo entabulado desde o acordo MEC/USAID[1], na época da Ditadura. Sob o pretexto de produtividade, eu acho que muito perdemos da consciência do pensamento artístico. Mas a gente continua resistindo, e tenta se infiltrar onde é possível. Atualmente as associações que congregam artistas e arte-educadores: CLEA, FAEB, ANPAP, ABRACE, ABEM, ANDA possuem um papel muito importante em defesa da arte e da educação”.

[1] Os Acordos MEC-USAID foram implementados no Brasil com a lei 5.540/68. Foram negociados secretamente e só se tornaram públicos em novembro de 1966 após intensa pressão política e popular. Foram estabelecidos entre o Ministério da Educação (MEC) do Brasil e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID, na sigla em inglês) para reformar o ensino brasileiro de acordo com padrões impostos pelos EUA. Apesar da ampla discussão anterior sobre a educação, iniciada ainda em 1961, essas reformas foram implantadas pelos militares que tomaram o poder após o Golpe Militar de 1964.




Creio que a promoção em arte da diversidade cultural tanto enquanto matéria, poética, pensamento é fundamental. Precisamos insistir nisso. Os desafios são muitos, mais considero que hoje temos condições de buscar informações significativas que nos levem ao conhecimento sensível. Na minha prática, o que eu tenho visto, é a força da presença das artes indígenas, dos povos originários, da arte negra, da arte afro-brasileira enquanto força política. Reforçando a necessidade de lidarmos com a diversidade cultural e o pensamento artístico diverso”.

“A gente precisa estar ciente e consciente da importância da arte na vida e do direito que as crianças, jovens e adultos têm no contato sensível com a arte, com outras pessoas, com o mundo, a imaginação e com a possibilidade de criação”.



Dra. Patricia Raquimán Ortega
(Universidad Metropolitana de
Ciencias de la Educación - Chile/
Tesoureira do CLEA - Consejo
Latinoamericano de Educación por
el Arte)

Na história da educação no Chile há diversas tendências em relação a valorização das artes. A primeira tendência foi uma ênfase técnica onde o objetivo principal era gerar bons aprendizes, operários, que priorizava o desenvolvimento da motricidade fina e as Belas Artes como o único enfoque do ensino. Após o retorno da democracia (1990), houve uma mudança interessante nas propostas curriculares, porém, controversa, que foi a possibilidade de escolher entre artes visuais ou a música. Hoje em dia temos algum sucesso, pequeno, mas significativo pois não é mais necessário escolher, tanto artes visuais quanto música estão presentes no currículo da escola primária de forma obrigatória. Mas lamentavelmente no Ensino Secundário persiste a opção por uma das linguagens. Mas recentemente, em 2019, houve o acréscimo da opção de teatro. Nisso vejo que o Brasil está à frente, por garantir, a presença de todas as linguagens da arte no currículo”.



"Um desafio parecido que temos no Chile é em relação a questão social, que é a valorização e a compreensão de onde estamos inseridos. No momento, vivemos uma crise migratória importante, que nos leva ao desafio de lidar com a diversidade cultural. Antigamente numa turma de 40 alunos eu tinha 5 estrangeiros, hoje esse número aumentou para 20, 25 ou 30 alunos estrangeiros. Então essa realidade altera a maneira de olhar para a sala de aula e a sociedade chilena".

Canal da FAEB no YouTube:

<https://www.youtube.com/@faebfederacaodosarte-educ4044/streams>

FAEB no 1º Congresso Internacional de Teatro do Amazonas (CITA)

Por Juliano Casimiro de C. Sampaio



Diretor de teatro, arte/educador, docente na Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Tocantins e o atual presidente da Federação de Arte/Educadores do Brasil (FAEB - 2022-2023). Licenciado em Teatro, Bacharel em Artes Cênicas, Mestre, Doutor e Pós-Doutor em Psicologia, Pós-Doutor em Educação. Coordenador do Laboratório de Composição Poética Cênica, Narratividade e Construção de Conhecimento (CONAC) na UFT. Bolsista produtividade em Pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Tocantins (FAPT).



FAEB no 1º Congresso Internacional de Teatro do Amazonas (CITA)

Por Juliano Casimiro de C. Sampaio

Entre os dias 09 e 14 de Maio foi realizado em Manaus o 1º Congresso Internacional de Teatro do Amazonas (CITA), na Universidade Estadual do Amazonas (UEA), sob coordenação da Profa. Vanja Poty e dos Profs. Francis Madson e Taciano Soares. O evento contou com participação de artistas e arte/educadoras/es de todas as regiões administrativas do País e de convidados do Equador, Argentina e França.

Na programação, muitos espetáculos e debates sobre práticas e discursos decolônias nos contextos de criação, produção, veiculação, políticas públicas e ensino das Artes. Realizamos uma imersão que certamente transformou sensorial e sensivelmente as reflexões que vínhamos fazendo sobre o tema.

Inserido em toda a programação por meio das intervenções que eram possíveis de se fazer e numa mesa específica, Juliano Casimiro representou a FAEB no evento. Contou um pouco sobre o que é a FAEB e como ela tem agido para auxiliar arte/educadoras/es a caminhar na direção do chamado giro decolonial.

Os disparadores para as reflexões eram das mais diversas ordens e naturezas: espetáculos de estudantes, de ex-estudantes, de artistas da cidade, de artistas de outros estados, de artista de outros países. Trabalhos de grupos de teatro, de projetos universitários, de contextos de ensino-aprendizagem.

Apesar da diversidade dos *locus* de origem dos espetáculos, uma curadoria muito precisa os unia em termos dos temas abordados: a condição da existência humana frente aos discursos e práticas hegemônicos, agressivos e, por vezes, aniquiladores.

As mesas temáticas e apresentações de trabalhos de pesquisa não-cênica trouxeram frescor para as narrativas decoloniais em circulação nos debates sobre este escopo de interesse da área. Propostas arrojadas, contextualizadas e muito engajadas socialmente.

O evento marcou nos nossos corpos e corpas na direção de compreender que não dá para praticar/falar/debater ensino de teatro na nossa contemporaneidade sem nos aprofundarmos naquilo que cenicamente vem sendo produzido para questionar as estruturas políticas, sociais, estéticas e poéticas em curso.

A FAEB deseja vida longa ao CITA!



Coordenadora/es do CITA - Fala de encerramento



Performance - Como cansa Usar Roupa nos Trópicos - Nupramta/AM



Espectáculo - anos Artes Cênicas na Amazônia: retalhos da memória - Denis Bezerra/PA



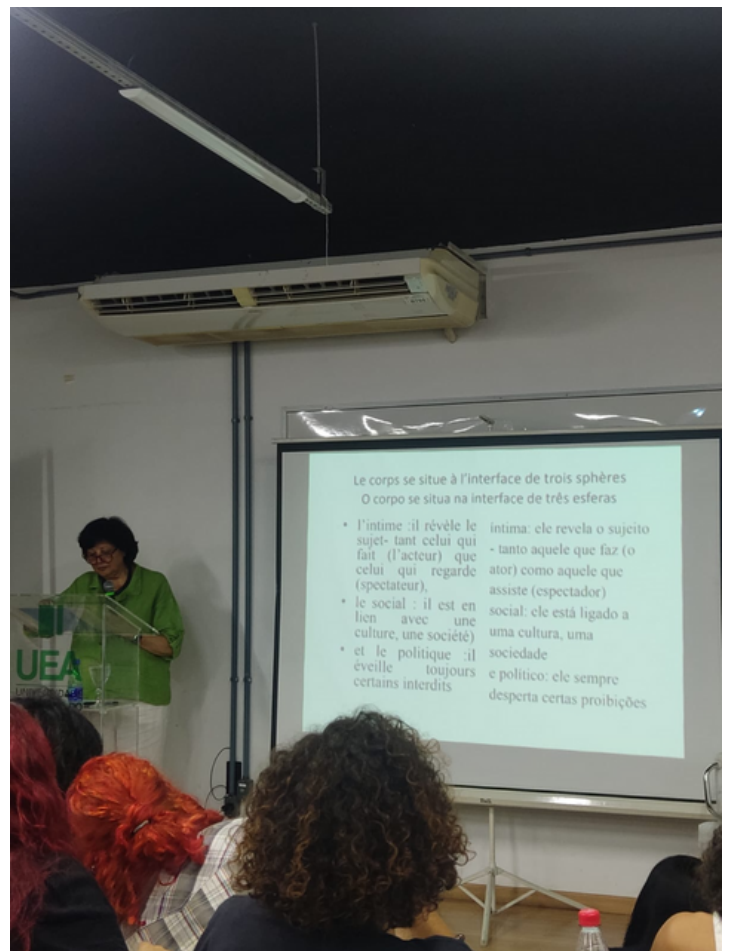
**Atores e Atrizes do espetáculo - Quatro elementos da Liberdade -
Tres las Rejas - Ecuador.**



**Espectáculo - Quatro
elementos da Liberdade
- Tres las Rejas -
Ecuador.**



Eneila, representante da FAEB, em conversa na mesa de abertura do CITA



Palestra da convidada internacional Josette Féral - França



Homenagem

Ana Del Tabor

memórias de vida e de luta pelo direito de ensinar e aprender arte


Por Rosângela Britto e Sanchrís Santos







Da direita para esquerda:
Rosangela Britto, Sanchris
Santos, Lucimar Bello,
Ana Del Tabor e Lidia
Sousa



Para falarmos de Ana Del Tabor foram retomados das memórias, alguns momentos em que as experiências ressoam entre nós, uma liga enraizadora, contagiante, afectante de devires, que advém desde a década de 80, do século 20 e nos faz pensar que há sempre algo a mais que estende o fazer arte, tendo a experiência vivida pela educação, a condição transformadora de uno para o múltiplo...portanto, germe de outros.

Sua história atravessa da condição de militante, ainda quando aluna do curso de Licenciatura Plena em Educação Artística: Artes Plásticas pela Universidade Federal do Pará, em prol da Associação de Arte Educadores do Estado do Pará(AAEPA) e pela Federação de Arte Educadores do Brasil (FAEB) desde 1986, as experiências de ensinar pelo antigo e extinto Prodiarte (Projeto do Ministério da Educação e Cultura, implantado em algumas capitais, sendo no Pará denominado de Prodiarte 18), na Educação Básica em 1983 a década de 90 e, a partir daí, se dará a atuação no Ensino Superior, com disciplinas voltadas para a formação, articulando arte e educação, metodologia, currículo e estágio curricular, associadas ao campo de investigação e ensino.


Em 1992, Ana foi presidente da AAEPA, em outro período de 1994-1996, assumiu a presidência da Federação de Arte Educadores do Brasil, em conjunto conosco, Sandra Christina Ferreira dos Santos e Rosângela Marques de Britto, as três do Pará (Ana nasceu no Ceará, mas a consideramos uma paraense de carteirinha). A imagem, que registra esse momento singular ao assumir a presidência da FAEB, nos remete a esse instante de recebimento das caixas de documentos da instituição das mãos de Marcos Villela Pereira e Lúcia Montserrat na Universidade Federal Mato Grosso do Sul.



Entrega dos documentos da FAEB, nova presidência ao centro esquerdo Ana Del Tabor, 1994. Foto: Rosangela Britto

Ana Del contribuiu e contribui com a Arte/Educação, foram muitos os momentos de atuação pela reforma curricular do Ensino de Arte pela Secretaria de Estado de Educação do Pará, de observação aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), implantados em 1996 e em 2017, resistência à Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Ana Del Tabor racionaliza pelo discurso e com gestos/attitudes, a indignação de como dois eixos, arte e educação, tão proclamados pelos dirigentes em suas diferentes instâncias dos governos, são usadas como molas propulsoras da transformação e progresso social, sofra de distorções em suas escutas e, por vezes, são silenciadas. Sua voz, ao longo desses anos, nunca se ausentou, às vezes se encontra estremecida ou entristecida, mas logo dá um tempo, toma folego e faz eco. É a luta pela autonomia do(a) aluno(a) e do(a) professor(a) de Arte, em diferentes lugares em que a Arte, o ensino de Arte se façam presentes. Assim tem sido sua atuação, o que lhe implicaria dizer, pela pedagogia da indignação para a pedagogia do possível, construir-se um ensino de arte, uma educação de respeito à vida. Um desafio constante.



Ao tomarmos Paulo Freire quando defende o “ser no mundo” na relação com estar professor/a, associando a Ana, pensar a atuação no presente, sua transformação, identificando o mundo nas dimensões macro e micros. Se colocando como educadora crítica, reflexiva, em ressignificação constante, não só como pessoa, mas também como profissional, otimista sempre!

Assim homenageamos e celebramos nossa liga, como “kiiizamigas” (grupo de amigas a qual fazemos parte) em prol da paixão, dos afetos!

Belém, maio de 2023

Sandra Christina Ferreira dos Santos
Rosangela Marques de Britto

O que estou lendo.

Por Eneila de Almeida Santos



Doutora em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2008) com Estágio Sanduiche em Comunicação e Arte pela Universidade de Aveiro/Portugal (2006) Mestra em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2003), graduada em Educação Artística: Licenciatura em Artes Cênicas (1992) e em Pedagogia (1999). Membro da Comissão Institucional de Estágio da UEA. Coordenadora Geral de Estágio da ESAT/UEA. Professora Associada do Curso de Teatro da ESAT /UEA e do Programa de Mestrado em Artes - Prof-Artes (UFAM/UEA). Representante de Arte-Educadores do Amazonas - FAEB (2013-2022). Conselheira Fiscal da AAMARTE Associação de Arte Educadores do AM.



O que estou lendo.

Por Eneila de Almeida Santos

A minha contribuição na temática parte da programação de um componente que ministro no curso de Teatro na modalidade Licenciatura - UEA, no qual estudamos e organizamos atividades teatrais para estudantes do ensino médio e EJA. Em nossas buscas por materiais de apoio de natureza regional e local que dialogassem com essas etapas formativas, encontramos um livro/caderno que nos chamou a atenção, minha e do/as estudantes, pela qualidade na organização de conteúdos, nas escolhas de imagens e pelo pertencimento às culturas amazônicas.

Em meio a um turbilhão de dúvidas e revoltas com os rumos tomados no dito “novo ensino médio”, cá estamos analisando o implementado, independente das lutas da nossa categoria, um material que passou a compor o currículo do ensino médio (2º ano) chamado “Interculturalidade e Diversidade Amazônica” - Unidade Curricular Comum, 2023 - SEDUC-AM, com propostas e conteúdos sobre Culturas, Diversidades e Identidades, Direitos Humanos e Cidadania, Igualdade e Equidade: definição e políticas públicas de enfrentamento às desigualdades, Protagonismo juvenil e atitudes solidárias.

Os conteúdos são estruturados a partir das competências da BNCC Arte e as expectativas de aprendizagens acompanham todos os tópicos das 80 páginas de abordagens teóricas e atividades práticas com muitas sugestões e indicações de buscas e complementações de estudos.

O livro é interativo, multicolorido, alegre em sua composição e autoral aos nossos gostos e desejos, mas sem a participação devida de docentes que estão compondo a história do ensino de arte nas escolas amazonenses, pessoas de histórias e com histórias que precisamos escutar de forma sensível para assim criarmos colaborativamente os nossos materiais didáticos e desmantelarmos a comercialização do ensino, mercadoria cara a todos nós que vem em pacotes o alto padrão de controle, com ISOs de categoria de serviços e destruições do público conquistado.

Retornamos com grande estilo, imbuídos de interesses estrangeiros às nossas realidades aos adestramentos de outrora, educação, a bola da vez onde “a exploração é romantizada, e as bases que dão sustento à lógica capitalista ficam cada vez mais fortes e intactas” (GOMES, 2022).





FAEB Informa

ConFAEB 2023



você sabia?

O edital do XXXII ConFAEB já está disponível na plataforma do congresso (even3). Corre lá e acessa logo o edital.

link: <https://www.even3.com.br/confaeb2023/>

ae

FEDERAÇÃO DE ARTE EDUCADORES DO BRASIL